



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019**

O Município de Paulo Lopes torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, para **REGISTRO DE PREÇO** do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, objetivando a prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser apresentados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes/SC, até às 09 h55min do dia 19/08/2019.

A sessão se dará a partir das 10h00min do dia 19/08/2019, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br).

Paulo Lopes, 01 de agosto de 2019.

**LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA**  
**Secretária Municipal de Administração**



# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

## EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua José Pereira da Silva, 130, centro, Paulo Lopes – SC, informa que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial**, do tipo **Menor Preço UNITÁRIO**, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a contratação do objeto definido no item “1.1.” deste instrumento convocatório para atendimento das Secretarias Municipais de Paulo Lopes. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- **Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação:**
  - \* das 07h00min do dia 07/08/2019 às 09h55min do dia 19/08/2019;
- **Limite para impugnação ao edital:**
  - \* 13h00min do dia 15/08/2019.
- **Início da Sessão Pública do pregão:**
  - \* 10h00min do dia 19/08/2019.

As dúvidas pertinentes à presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações, nos seguintes endereços:

- Telefone: (48) 3253-0161
- E-mail: [pregao@paulolopes.sc.gov.br](mailto:pregao@paulolopes.sc.gov.br)
- Endereço: Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC

### 1 – OBJETO

1.1 – Registro de Preços para prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I. Para aquisição de peças será utilizado como base de desconto o preço público praticado pelas autorizadas acrescido do percentual do desconto ofertado na proposta comercial da licitante vencedora.

1.2 – A administração não se obriga a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

### 2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com o município de Paulo Lopes correrão a conta do orçamento 2019/2020 da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

### 3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar deste Pregão, os interessados cujo ramo de atividade seja pertinente ao objeto licitado e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto a documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

3.2.1 – Concorratórias ou em processo de falência;



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

3.2.2 – Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

3.2.3 – Estrangeiras que não funcionem no país;

3.2.4 – Sob a forma de consórcio.

**3.2.5 – É condição para participação neste Pregão que a licitante tenha, ou venha a ter até a data da assinatura do contrato, instalações devidamente legalizadas e que atendam as exigências deste edital para prestar o serviço objeto deste pregão, a um raio Rodoviário de no máximo 35 km da sede da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes. Justifica-se tal exigência em função do custo de deslocamento dos veículos, uma vez que os serviços devem ser prestados nas instalações da contratada.**

### 4 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 – Os licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por intermédio de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo ainda, no ato de credenciamento, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

4.2 – O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

4.2.1 – Instrumento público de procuração com poderes para formular ofertas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante, com prazo de validade em vigor;

4.2.2 – Instrumento particular de procuração nos moldes do Anexo III, com poderes para formular ofertas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do licitante, acompanhado de cópia de seu contrato social ou estatuto, no caso de Sociedade Anônima, e dos documentos de eleição de seus administradores;

4.2.3 – Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado de empresa licitante, cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição dos administradores.

4.3 – Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um licitante no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.

4.4 – A partir do início da sessão pública, a ausência do representante credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão do licitante por ele representado, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

4.4.1 – Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores. As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o valor constante no envelope de proposta.

4.4.4 – As empresas que decidirem pelo envio dos envelopes, sem a participação na fase de lances, deverão encaminhar a declaração de que trata o item 4.6 em envelope separado da documentação e proposta, para que sejam promovidas as devidas verificações quanto ao citado documento. A não apresentação da declaração em questão acarretará o impedimento da empresa de participar do certame.

4.5 – Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados.

4.6 – Encerrada a etapa de credenciamento, será apresentada a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com modelo contido no Anexo II ao presente Edital. A referida declaração deverá estar fora dos envelopes nº. 1 e 2.

4.6.1 – A não apresentação da declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação acarretará no impedimento da empresa de participar do certame.

4.7 – Em seguida proceder-se-á ao recebimento dos envelopes contendo a proposta de preço e os documentos de habilitação, em envelopes separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho, que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa:



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

**ENVELOPE Nº. 1  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2019  
PROPOSTA DE PREÇO  
RAZÃO SOCIAL / CNPJ**

**ENVELOPE Nº. 2  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2019  
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
RAZÃO SOCIAL / CNPJ**

4.8 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.9 – Em havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.10 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 5.9, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.10.1 – No caso de sanção de multa, está corresponderá a 20% (vinte por cento) do valor total da proposta.

4.11 – Os licitantes que queiram se beneficiar das prerrogativas da Lei Complementar nº. 123/06 devem apresentar no que couber:

**4.11.1 – Certidão expedida pela Junta Comercial, conforme disciplinamento estabelecido pelo art. 8º da Instrução Normativa nº. 103/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), com data de emissão do exercício atual.**

4.12 – A documentação citada no item 4.11.1, para os licitantes que queiram se beneficiar das prerrogativas da Lei Complementar nº. 123/06 deverão ser apresentadas juntamente com a Declaração citada no item 4.6.

4.12.1 – As empresas que decidirem pelo envio dos envelopes, sem a participação na fase de lances e queiram se beneficiar das prerrogativas da Lei Complementar nº. 123/06 deverão encaminhar a documentação citada no item 4.11.1, juntamente com a declaração de que trata o item 4.6, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos, no que couber.

4.13 – Os documentos supra referidos poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada e serão retidos, pelo Pregoeiro, para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à presente licitação.

**5 – DA PROPOSTA DE PREÇO**

5.1 – A Proposta de Preços a ser apresentada no **Envelope nº 01**, contendo uma via, deverá ser impressa, em papel que identifique o licitante, numeradas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada na última folha pelo representante legal do licitante, redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, **devendo constar:**

a) razão Social e CNPJ, Inscrição Municipal e Inscrição Estadual, se for o caso, endereço completo, telefone/fax para contato e correio eletrônico se houver, pessoa de contato e demais dados julgados necessários;

b) O proponente **não deve se limitar a simplesmente copiar do termo de referência, quando da descrição das características do objeto licitado;**



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

c) **FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO:** na elaboração da proposta o **LICITANTE REGISTRARÁ O PERCENTUAL DE DESCONTO QUE APLICARÁ NAS PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA CADA ITEM**, podendo ser proposto o desconto mínimo de 10% por cento. Esse percentual será fixo durante a vigência do contrato. **O preço base para efetivação do cálculo refere-se ao preço público praticado pelas concessionárias da marca do veículo para venda de peças originais de fábrica ao consumidor final.** Entende-se como sendo peças originais de fábrica, aquelas fornecidas diretamente pela montadora do veículo e peças genuínas, aquelas adquiridas de um distribuidor autorizado da marca, sendo vedadas peças adquiridas no mercado paralelo, ou peças remanufaturadas.

d) **VALOR DA MÃO DE OBRA:** na elaboração da proposta o licitante registrará o **PERCENTUAL DE DESCONTO QUE APLICARÁ NO VALOR MÁXIMO DA HORA TRABALHADA DETERMINADA PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, que será de R\$ 73,33 (setenta e três reais e trinta e três centavos) para os serviços licitados**, conforme cotação de preços levantados pela Administração. Esse valor servirá de base para o cálculo do desconto ofertado pelos licitantes, podendo ser proposto o desconto de 10 por cento (10%), ou seja, o valor máximo da hora trabalhada será o valor proposto pela Administração. A quantia resultante da aplicação do desconto ofertado sobre o valor máximo da hora trabalhada será fixa durante a vigência do contrato. O tempo gasto para cada serviço será o Tempo-Padrão de Execução de Trabalhos dos fabricantes.

e) As propostas (em percentual) deverão ser apresentadas com no máximo 02 (duas) casas decimais.

f) nos descontos ofertados deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro, instalação, etiquetagem, mão-de-obra, e quaisquer outras despesas que incidam sobre o fornecimento do objeto.

g) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, contado da sessão de abertura. Caso o prazo de validade da proposta não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como de 60 (sessenta) dias e aceito para efeito de Julgamento.

h) Conta bancária (banco, agência e número da conta-corrente) do licitante.

5.2. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste Edital;

5.3. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

### 6 – DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

6.1 – Na fase de habilitação, o licitante que ofertar o menor preço, deverá apresentar os seguintes documentos:

6.1.1 – PARA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, no que couber:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a.1) O estatuto das sociedades por ações, regidas pela Lei nº. 6.404/76 deve estar acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores. Para ser considerado em vigor, deve observar as exigências previstas em Lei, dentre as quais estar cumulativamente:

✓ Registrado na Junta Comercial;

✓ Publicado na Imprensa Oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia;

✓ Publicados em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia.

a.2) O ato constitutivo ou contrato social das demais sociedades devem estar acompanhados de todas as alterações efetuadas ou da consolidação respectiva. Para ser considerado EM VIGOR,



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

devem observar as exigências previstas em Lei, dentre as quais estar registrados na junta comercial.

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 6.1.2 – PARA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica – **CNPJ**;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual e municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com as Fazendas **Federal, Estadual e Municipal** através de Certidão (CND) expedidas pelos respectivos órgãos responsáveis;

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (**CNDT**), mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. (NR).

### 6.1.3 – PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de disponibilidade de instalações, do aparelhamento e de pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação, por meio da apresentação da Declaração Formal de Disponibilidade constante do Anexo VI;

### 6.1.4 - CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INC. XXXIII, DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

a) Declaração que a empresa não possui no seu quadro de pessoal empregado registrado realizando trabalhos noturnos, perigosos, ou insalubre menor de 18anos e em qualquer trabalho menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz apartir dos 14anos, nos termos do inc.XXXIII, do art.7º, da Constituição Federal e Lei9.854/99, conforme anexo IX.

## 6.2 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

6.2.1 – Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão de imprensa oficial, devendo os documentos, preferencialmente ser relacionados, separados e colecionados na ordem estabelecida neste Edital.

6.2.2 – Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar de sua expedição, aos documentos solicitados nos itens 4.11.1 não se aplicará o disposto neste item, os quais deverão ter data de emissão do exercício atual.

6.2.3 – Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

6.2.4 – A aceitação dos documentos obtidos via Internet, ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Equipe de Apoio ao Pregoeiro.

6.2.5 – Todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente com o nº. do CNPJ e endereço respectivo.

6.2.6 – Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

## 7 – DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

Para julgamento e classificação das propostas será utilizado o “MENOR PREÇO UNITÁRIO” representado este pelo “MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO” **resultante do Maior Índice de Julgamento (G) apurado sobre o fornecimento de peças de reposição e o valor da mão de obra, conforme fórmula abaixo:**

### 7.1. FÓRMULA DE IDENTIFICAÇÃO DO MENOR PREÇO:

7.1.1. Percentual de desconto proposto para venda de peças -> P

7.1.2. Percentual de desconto proposto para hora trabalhada -> H



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

7.1.3. Índice de Julgamento -> G

7.1.4. **Fórmula:  $G = 0,6xP + 0,4xH$**

7.1.5. A licitante que obtiver maior valor em "G" será considerada vencedora desde que atendida às demais condições para habilitação e classificação.

7.1.6. As propostas (em percentual) deverão ser apresentadas com no máximo 01 (uma) casa decimal.

**7.1.7. Em caso de empate no índice de julgamento "G" a decisão sobre a vencedora será pela empresa que oferecer maior desconto nas peças.**

7.2. O Pregoeiro selecionará, dentre as propostas classificadas, para ingresso na fase de lances, a proposta de MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO resultante do Maior Índice de Julgamento (G)) e todas as demais propostas em valores sucessivos e inferiores em até 10%(dez por cento);

7.3. Não havendo pelo menos três propostas de preços na condição definida no "subitem 8.2." Serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO resultante dos Maiores Índices de Julgamento (G)), até o máximo de 03 (três). No caso de empate no (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO resultante do Maior Índice de Julgamento (G)), serão admitidas todas as propostas empatadas, seja qual for o número de licitantes;

7.4. Caso 02 (duas) ou mais propostas escritas apresentem índice de julgamento iguais, será realizado sorteio, para determinação da ordem de oferta dos lances;

7.5. O Pregoeiro poderá definir um valor mínimo entre os lances ofertados, bem como estabelecer limite de tempo para lances, em comum acordo com os licitantes e expressa menção na Ata da Sessão;

7.6. O Pregoeiro convidará, individualmente, os licitantes selecionados, na forma dos "subitens 7.2 ou 7.3", a apresentar lances verbais, a começar pela autora da proposta escrita de maior preço (Menor Percentual de Desconto resultante dos Menores Índices de Julgamento (G)), seguido das demais, em ordem crescente de valor;

7.7. Somente serão aceitos lances cujos valores sejam superiores ao último apresentado e com diferença mínima definida no "subitem 7.5";

7.8. A etapa de lances será considerada encerrada quando, indagadas pelo Pregoeiro, todos os licitantes selecionados manifestarem desinteresse em apresentar novos lances.

7.9. Declarada encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para esta etapa, na ordem decrescente de valor, considerando-se para as selecionadas, o último preço (**índice de julgamento**) ofertado.

7.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

7.11. Com base na classificação citada no "subitem 8.9", será assegurado direito de preferência aos licitantes credenciados, neste certame, como microempresa ou empresa de pequeno porte, em conformidade com o §2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, observadas as seguintes regras:

7.11.1. O pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, melhor classificada, dentre aquelas cujo valor cotado (**índice de julgamento**), seja igual ou inferior até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta classificada em primeiro lugar, para que apresente preço menor (**índice de julgamento maior**) do que a da proposta classificada em primeiro lugar, no prazo de **5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão do direito de preferência, nos termos do §3º, art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

7.11.1.1. A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do **subitem 7.11.1.**

7.11.2. Não havendo a apresentação de novo preço inferior (**índice de julgamento maior**), ao da proposta classificada em primeiro lugar, será convocada para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresa e empresa de pequeno porte, cujo preço (**índice de julgamento**) da proposta, se enquadre nas condições indicadas no **subitem 7.11.1.**



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

7.12. Caso o licitante da proposta classificada em primeiro lugar, de acordo com a classificação de que trata o **subitem 7.9**, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência citado no **subitem 7.11**, passando-se, desde logo, à negociação do preço;

7.13. O Pregoeiro negociará com o autor da proposta de menor preço (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO resultante do Maior Índice de Julgamento (G)), com vistas a redução do valor ofertado;

7.14. Após a negociação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO resultante do Maior Índice de Julgamento (G)), decidindo motivadamente a respeito;

7.14.1. Serão consideradas inaceitáveis as propostas que:

a) ofereçam descontos ou vantagens baseadas nas ofertas das demais Licitantes;

b) não atenderem aos limites determinados no **subitem 7.1. "c"**.

7.15. Será desclassificada a proposta de preço não aceita, de acordo com o **subitem 7.14.1**;

7.16. Se a oferta for considerada inaceitável, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com a sua autora, e decidirá sobre a sua aceitabilidade, até a apuração de uma proposta considerada aceitável;

7.17. Considerada aceitável a oferta de menor preço, na forma do **subitem 7.14**, será aberto o **Envelope nº 2**, contendo os documentos de habilitação de seu autor, não cabendo desclassificar o licitante por motivo relacionado com a proposta de preço, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;

7.18. Constatado o atendimento aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será declarado vencedor do certame;

7.19. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da micro ou empresa de pequeno porte, considerada como a proposta de menor preço, será assegurado o prazo de **2 (dois) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.19.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 7.19**, implicará na decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 7.666/1993, sendo o licitante inabilitado, e realizado os procedimentos definidos no **subitem 7.11 e posteriores**, deste Edital;

7.20. Se o licitante não atender às exigências para a habilitação, será inabilitado, passando o Pregoeiro a convocar a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor a redução de preço e decidirá sobre a sua aceitabilidade, na forma do **subitem 7.14**, e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora do certame;

7.21. Todos os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes, credenciados, dos licitantes presentes à sessão deste Pregão;

7.22. Toda e qualquer declaração feita pelos representantes dos licitantes, credenciados, deverá constar em Ata. Não terá validade qualquer reclamação posterior sobre assuntos relacionados com a sessão respectiva que não tiverem registro na referida Ata.

### 8 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

8.1 - Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

8.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 8.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

8.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Paulo Lopes.

8.3.1 – A contar do recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o pregoeiro, prazo não inferior a 48h. (quarenta e oito horas), para promover a resposta.

8.3.2 – No caso de pedido protocolado na véspera de abertura do certame, terá o Pregoeiro, prazo não inferior à 36h. (trinta e seis horas) para promover a resposta.

8.4. Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico e, concomitantemente, um número de fax, para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

8.5. Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 8.1 a 8.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

### **09 – DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

9.1 – Declarado o vencedor, os licitantes presentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões e de igual prazo para as contra-razões, contados a partir do término do prazo do(s) recorrente(s), independentemente de qualquer comunicado, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

9.2 – As razões de recurso deverão ser protocolizadas, no prazo supra, junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço indicado no preâmbulo do presente, nos dias úteis, das 07:00 as 13:00 horas, sob pena de configurar-se a desistência da intenção de recurso manifestada na sessão pública.

9.3 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante na sessão pública do pregão importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

9.4 – Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

9.5 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **10 – DO PAGAMENTO**

10.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de depósito em até 30 dias após a entrega das Notas Fiscais, referente às quantidades fornecidas a CONTRATANTE.

10.2. Em caso de inadimplência de pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias, conforme disciplina o artigo 117 da constituição do Estado de Santa Catarina.

10.3. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material/serviço fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do referido material/serviço.

10.4. A critério do órgão adquirente, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da Contratada.



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

10.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ com que foi cadastrado no sistema constante da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz.

### **11 - PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO**

11.1 - Os preços registrados por força deste processo terão validade de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial dos Municípios de SC - DOM.

11.2 - No prazo de até 02 (dois) dias a contar do recebimento da convocação, o(s) licitante(s) vencedor(es) deverá(ão) assinar a Ata de Registro de Preços, com o Município de Paulo Lopes, por intermédio da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

11.3 - No prazo de até 02 (dois) dias a contar do recebimento da convocação, a(s) empresa(s) compromitente(s) deverá(o) assinar o(s) respectivo(s) Termo(s) de Contrato(s), com o Município de Paulo Lopes, por intermédio da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

11.4 - O prazo concedido nos itens 11.2 e 11.3 poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, quando solicitado, pelo licitante ou compromitente, durante o seu transcurso, e, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

11.5 - O não atendimento do previsto nos itens 11.2, 11.3 e 11.4, no que couber, implicará em multa de 20% sobre o valor da proposta, além de outras sanções cabíveis e previstas no art. 7º da Lei Federal nº. 10.520/02

11.6 - Os serviços deverão ser efetuados, no prazo máximo de 03 (três) dias após a solicitação formal da contratante, devidamente assinada pela autoridade responsável requisitante, admitindo-se a postergação deste prazo nos casos em que a administração entenda seja inviável sua execução no prazo inicialmente previsto, limitando-se este a 15 (quinze) dias.

11.7 - A contratante, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado.

11.8 - O recebimento far-se-á mediante recibo.

### **12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 - O licitante que deixar de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar a Ata de Registro de Preço, o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de validade de sua proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação e das demais cominações legais.

12.2 - O licitante sujeitar-se-á, ainda, as sanções de advertência, multa e declaração de inidoneidade, sendo que poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual.

12.3 - As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

12.4 - No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias/contratuais, poderá ser aplicada uma multa indenizatória de **10%** (dez por cento) do valor total do objeto licitado/contratado.

12.5 - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada(s) judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do Município.

12.6 - Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

### **13 - DA RESCISÃO**



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

13.1 – O contrato resultante da presente licitação poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei nº. 8.666/93.

13.1.1 – O contrato também poderá ser rescindido nos casos em que se verificar que o contratado não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

13.2 – Nas hipóteses legais de rescisão administrativa solicitada pela **CONTRATADA**, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação da **CONTRATANTE** através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

13.3 – A rescisão administrativa será precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

13.4 – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** nos casos de rescisão previstos no artigo 77 da Lei nº. 8.666/93.

### 14 – DAS INFORMAÇÕES

14.1 – As informações administrativas relativas ao presente certame poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações, por escrito, no endereço indicado no preâmbulo deste instrumento, das 07:00 às 13:00 horas, até 48 horas antes da data marcada para a abertura do certame. As respostas serão publicadas no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br) e farão parte integrante do processo administrativo.

### 15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante o Setor de Compras e Licitações, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil da data fixada para o recebimento das propostas, nos termos do artigo 41 parágrafo 2º da Lei Federal nº. 8.666/93.

15.2 – Caberá ao Pregoeiro e a equipe de Apoio decidir sobre a impugnação.

15.3 – Quando o deferimento da impugnação, implicar alteração do edital, capaz de afetar a formulação das propostas será designada nova data para a realização do certame.

15.4 – A impugnação feita tempestivamente pelo licitante, não o impedirá de participar deste Pregão.

15.5 – Os interessados que desejarem cópia integral deste Edital e seus Anexos poderão retirá-los na Prefeitura Municipal de Paulo Lopes no horário de expediente, até o último dia útil que antecede a data de abertura da Licitação, ou através do site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br).

15.6 – Fica o licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.

15.7 – A Administração reserva-se o direito de exigir documentação comprobatória do cumprimento de todas as exigências legais provenientes da licitação, bem como a promoção de diligência destinada a esclarecer a instrução do processo (§ 3º do artigo 43 da Lei nº. 8666/93).

15.9 – O Município de Paulo Lopes, a qualquer tempo, motivadamente, poderá revogar no todo ou em parte a presente licitação.

Paulo Lopes, 01 de agosto de 2019.

**LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA**  
Secretária Municipal de Administração



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019**

**1. INTRODUÇÃO:**

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no inciso II do artigo 8º do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000.

O município de Paulo Lopes pretende registrar preços para serviços especializados de manutenção automotiva com fornecimento de peças para os veículos que compõe a frota do Município de Paulo Lopes, com observância do disposto na Lei nº 10.520/02, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93, e nas demais normas legais e regulamentares.

O presente Termo de Referência objetiva propiciar a caracterização do objeto a ser solicitado, no tocante à cotação de preços praticados no mercado, às especificações técnicas, à estratégia de suprimento e o prazo de execução.

**2. OBJETO:**

2.1. Registro de Preços para prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I . Para aquisição de peças será utilizado como base de desconto o preço público praticado pelas autorizadas acrescido do percentual do desconto ofertado na proposta comercial da licitante vencedora .

**Prefeitura Municipal de Paulo Lopes**

DESCRIÇÃO
Serviço de manutenção em veículos leves com fornecimento de peças

**2.2 Relação dos Veículos :**

MARCA/MODELO	ESPECIE TIPO	ANO
HONDA/NXR150 BROS ES	PAS/MOTOCICLETA/NÃO APLIC.	2012/2012
PEUGEOT PARTNER ALLT A	ESP/CAMINHONETE/AMBULÂNCIA	2018/2019
HYUNDAI/HB20 1.0 UNIQUE	PAS/AUTOMOVEL/NÃO APLIC	2019/2019
HYUNDAI/HB20 1.0 UNIQUE	PAS/AUTOMOVEL/NÃO APLIC	2018/2019
FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8	PAS/AUTOMOVEL/NÃO APLIC	2015/2015
FIAT/UNO VIVACE 1.0	PAS/AUTOMOVEL/NÃO APLIC	2015/2015
VW/GOL 1.0 GIV	PAS/AUTOMOVEL/NÃO APLIC	2009/2010
MONTANA LS	CAR/CAMINHONETE/C. ABERTA	2013/2014
FIAT/UNO VIVACE 1.0	PAS/AUTOMOVEL/NÃO APLIC	2015/2015
CITROEN/AIRCROSS M FELL	PAS/AUTOMOVEL/NÃO APLIC	2016/2017



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

HONDA/CG 150 TITAN KS	PAS/MOTOCICLO	2005/2005
FORD/KA FSL 5 HA C	PAS/AUTOMOVEL/BOMBEIRO	2018/2019
CHEVROLLET/CLASSIC LS	PAS/AUTOMOVEL/NÃO APLIC	2013/2013
FIAT/PALIO WK ADVEN FLEX	PAS/AUTOMOVEL/NÃO APLIC	2007/2007
FIAT/MAREA ELX	PAS/AUTOMOVEL/NÃO APLIC	2006/2006
HONDA/NXR 160 BROS	PAS/MOTOCICLETA/NÃO APLIC.	2017/2017
FORD/KA SE 1.5 SD B	PAS/AUTOMOVEL/NÃO APLIC	2018/2018

### **3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

Os serviços a serem prestados compreenderão a manutenção preventiva e corretiva, com aplicação de peças novas.

#### **3.1. Manutenção Preventiva**

3.1.1 A manutenção preventiva consiste em serviços a serem executados, com vistas a evitar a quebra e/ou prolongar a vida útil das peças e componentes dos diversos sistemas que constituem o veículo (elétrico, mecânico, hidráulico, ar condicionado, pintura, chaparia, etc.), verificando-os, regulando-os ou substituindo-os. A título de exemplificação, sem que se constitua uma descrição exaustiva, elencam-se alguns destes serviços: verificação do nível de óleo do motor, nível de gás do compressor do condicionador de ar, verificação do sistema de arrefecimento, ar condicionado, transmissão, injeção, suspensão, direção, freio, aperto de parafuso, verificação do estado dos filtros, correia, mangueira e vela, regulagem de pedais e cabo, polimento da carroceria, dentre outros.

3.1.3. A periodicidade para execução destes serviços será baseada no plano de manutenção elaborado para cada veículo/máquina, combinado com a análise individualizada acerca da necessidade do serviço por parte do gestor do contrato.

3.1.4. A manutenção corretiva consiste em sanar defeitos ou avarias que porventura venham a ocorrer na viatura, incluindo a substituição de peças, se necessária. Como exemplificação elenca-se alguns desses serviços: reparo, regulagem ou substituição de amortecedores, bucha de direção, pivô, correias, junta homocinética, lona e pastilhas de freio, componentes da embreagem (disco, colar e platô), bicos de injeção, rolamento, escapamento, bomba d'água, radiador, alinhamento, balanceamento da roda, recarga no compressor do condicionador de ar, dentre outros. Incluem-se também na manutenção corretiva os serviços de funilaria, chaparia, pintura, tapeçaria e capotaria que eventualmente necessitem ser realizados.

#### **3.2. Manutenção corretiva**

3.2.1. Os serviços deverão se constituir em manutenção corretiva, com fornecimento de peças, a serem realizadas em todos os veículos da frota, com vistas a manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, garantindo a perfeita utilização dos mesmos.

3.2.2. A manutenção corretiva tem por objetivo todos os procedimentos necessários a colocar os equipamentos defeituosos em perfeito estado de funcionamento, compreendendo, inclusive, as necessárias substituições de peças defeituosas, gastas ou não ajustadas.

3.2.3. A Contratada se obriga ao atendimento às solicitações de manutenção corretiva no prazo de até três horas após o recebimento do chamado técnico, de segunda a sexta-feira no horário das treze às dezenove horas.

### **4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. A contratada deverá obedecer a rotina estabelecida pelo órgão contratante para a execução dos serviços, seja esta:



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

4.1.1. Os veículos serão encaminhados as instalações da contratada que deverá fazer orçamento prévio observando o disposto no item “6.1.C” deste termo de referência e encaminhá-lo ao Setor de Frotas da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos que verificará a conformidade com o processo licitatório. Após verificação, estando o orçamento de acordo com o processo licitatório o setor de frotas encaminhará a secretaria a qual o veículo seja locado para que o responsável pela secretaria autorize a execução dos serviços. Após recolhida autorização o setor de frotas encaminhará a contratada formalmente a ordem para execução dos serviços. Nos casos em que o orçamento da contratada não estiver de acordo com o processo licitatório o setor de frotas o devolverá a contratada para que promova as correções necessárias. Toda comunicação entre contratante e contratada deverá ser formal.

4.1.2. A verificação da conformidade com o processo licitatório será executada conforme segue:

4.1.2.1. Para verificação de preços praticados na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva será utilizado informações constantes de banco de dados eletrônico, que fornecerá o preço público praticado pelas concessionárias.

### **5. DO PREÇO**

5.1. O preço médio para manutenção de veículos praticado na região é de **R\$ 73,33** (setenta e três reais e trinta e três centavos) por hora, conforme pesquisa de mercado realizado na região, que segue em anexo a este termo de referência. A contratada deverá utilizar como preço da hora técnica para manutenção de veículos o valor resultante do preço médio levantando pela administração acrescida do percentual de desconto ofertado na proposta comercial da licitante vencedora.

5.2. Para aquisição de peças será utilizado o preço público praticado pelas autorizadas acrescido do percentual de desconto ofertado na proposta comercial da licitante vencedora.

### **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA:

a) Executar revisões preventivas e manutenções corretivas, incluindo mecânica geral, reparo no sistema elétrico e de ar condicionado (direta ou indiretamente), substituição de peças e acessórios, lanternagem/pintura e capotaria, inclusive, indicando o tempo, em homem/hora trabalhada, a ser despedido na realização dos serviços;

b) Prestar os serviços sob sua inteira responsabilidade, executando-os em estabelecimento próprio, cabendo o fornecimento e administração de recursos humanos treinados e capacitados tecnicamente, infra-estrutura adequada, equipamentos, ferramentais e demais materiais indispensáveis à execução dos serviços;

c) Responsabilizar-se pelos serviços prestados, os quais deverão ser executados no tempo acordado e conforme norma técnica do fabricante da marca do veículo. Antes da execução de cada serviço proposto, deverá ser previamente apresentado a CONTRATANTE o orçamento em papel timbrado, datado e assinado, constando minuciosamente os serviços a serem executados, peças a serem substituídas, materiais a serem empregados, tempo de execução do serviço com respectiva hora/homem a ser trabalhada. Após recebimento e aprovação pelo setor de frotas do orçamento dos serviços a serem executados a CONTRATANTE, autorizará a CONTRATADA formalmente a executar o serviço.

d) Oferecer garantia de mercado para cada serviço executado, que será no mínimo de 90 (noventa) dias. Caso o veículo apresente defeito em decorrência do serviço efetuado, dentro do prazo de garantia, o problema deverá ser solucionado no prazo de até 48 horas;

e) Responsabilizar-se por qualquer veículo da frota que for entregue para a obtenção de orçamento ou execução do serviço, devolvendo-o em perfeito estado;

f) Entregar a CONTRATANTE todas as peças/acessórios/demais materiais porventura substituídos;



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

- g) Indenizar a CONTRATANTE por qualquer dano ou desaparecimento de itens/acessórios constantes nos veículos, em decorrência de ação ou omissão do técnico e/ou funcionário da empresa contratada. A aferição de tais itens/acessórios será realizada quando da entrega/recebimento do veículo;
- h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- i) Encaminhar mensalmente para o setor de Frotas da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, a nota fiscal de serviços efetuados, acompanhada dos documentos fiscais/legais pertinentes;
- j) Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas durante a fase de habilitação e qualificação exigida na licitação que der origem ao contrato.

### 6.1.2. PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS:

- a) Fornecer orçamento prévio das peças solicitadas, obedecendo ao desconto concedido sobre a Tabela de Peças de preço público ao Consumidor da concessionária autorizada, em papel timbrado, datado, carimbado e assinado por representante legal;
- b) Fornecer, de forma permanente e regular, na quantidade requisitada e quando autorizado pela CONTRATANTE através do Setor de Transportes, as peças e materiais novos (não reconicionados ou reformados) de linha de montagem do modelo de veículo indicado;
- c) Apresentar as peças em suas embalagens originais de fábrica, não podendo estar violadas, constando inclusive a identificação do fabricante, especificações técnicas e termo de garantia da mercadoria, tudo de acordo com o Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078, datada de 11/09/1990;
- d) Responsabilizar-se pela garantia concedida pelo fabricante das peças, que será no mínimo de 90 (noventa) dias, devendo substituí-la imediatamente em caso de defeito dentro daquele prazo concedido.

### 6.1.3 ESTRUTURA FÍSICA E CONDIÇÕES OPERACIONAIS MÍNIMAS.

A empresa para participar do certame, no item de manutenção preventiva e corretiva, deverá dispor de um conjunto operacional capaz de ofertar simultaneamente os serviços de oficina mecânica e elétrica com profissionais habilitados para execução dos serviços objeto da contratação.

## 7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

7.1 Tratando-se de registro de preços, os desembolsos obedecerão à inteira conveniência da Administração, segundo as necessidades de cada Órgão adquirente, ao longo do período de vigência da Ata. Cabe observar que a Administração não se obriga à aquisição dos itens registrados, nem a fazê-lo pelo quantitativo total previsto. Dessa forma, o valor total obtido na licitação deve ser considerado somente como previsão de despesas.

## 8. ESTIMATIVA DE GASTOS

8.1. A estimativa de gastos para um período de 12 meses com serviços de manutenção em veículos automotores, incluindo a aquisição de peças compreendem as seguintes proporções:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR HORA MANUTENÇÃO	VALOR PEÇAS ORIGINAIS	VALOR MÁXIMO ANUAL
1	Serviço de manutenção em veículos leves com fornecimento de peças.	R\$ 73,33	MINIMO 10% DESCONTO	R\$ 80.000,00



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

Os valores indicados são apenas estimativa de consumo para 12 meses, não representando garantia de faturamento para o licitante vencedor.

### **9. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

9.1. O recebimento dos serviços dar-se-á conforme o disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, e conforme abaixo:

- a) A simples assinatura de servidor em canhoto de fatura implica apenas recebimento provisório.
- b) O recebimento definitivo dar-se-á com o ateste da fatura, após a verificação da conformidade com a especificação constante do Edital e seus anexos.
- c) Caso insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa, consignando as desconformidades com as especificações, obrigando-se a contratada a situação geradora da recusa no prazo de até 3 (três) dias, quando se realizarão novamente as verificações constantes do item 'b'.
- d) Caso a substituição não ocorra no prazo estipulado ou haja nova recusa, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades.
- e) Os custos da substituição dos itens rejeitados correrão exclusivamente à conta da contratada.

### **10. DO PAGAMENTO**

10.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de depósito em até 30 dias após a entrega das Notas Fiscais, referente às quantidades fornecidas a CONTRATANTE.

10.2. Em caso de inadimplência de pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias, conforme disciplina o artigo 117 da constituição do Estado de Santa Catarina.

10.3. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do material/serviço fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização do referido material/serviço.

10.4. A critério do órgão adquirente, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da Contratada.

10.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ com que foi cadastrado no sistema constante da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz.

### **11. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

11.1. Os serviços deverão ser efetuados, no prazo máximo de 03 (três) dias após a solicitação formal da contratante, devidamente assinada pela autoridade responsável requisitante, admitindo-se a postergação deste prazo nos casos em que a administração entenda seja inviável sua execução no prazo inicialmente previsto, limitando-se este a 15 (quinze) dias.

11.2. A contratante, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado.

### **12. FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO:**

12.1. A fiscalização e gerenciamento das Atas de Registro de Preços serão responsabilidade de um representante da CONTRATANTE, especificamente designado para isso.

12.2. A fiscalização será exercida no interesse da Administração Pública e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

12.3. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

Paulo Lopes, 01 de agosto de 2019

**CÉLIO MACHADO**  
Secretário de Transporte , Obras e Serviços Urbanos



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019**

..... (razão social ou nome), inscrita no (CNPJ ou CPF) sob nº.  
....., por intermédio de seu representante legal Sr(a). ....., CPF nº.  
....., RG nº. ...., DECLARA, **sob as penas da lei**, estar cumprindo plenamente  
os requisitos de habilitação conforme os documentos integrantes do envelope nº 02 –  
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, de acordo com as exigências constantes do Edital de Pregão  
Presencial nº. 12/2019.

Local/data:

Assinatura do representante legal: \_\_\_\_\_

Nome do representante legal: \_\_\_\_\_

Cargo/função do representante legal: \_\_\_\_\_



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

**ANEXO III  
MODELO DE PROCURAÇÃO/CRENCIAMENTO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019  
PROCURAÇÃO "EXTRA JUDICIA"**

**OUTORGANTE:** ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. ...., com sede na Rua ....., nº. ...., bairro ....., na cidade de ....., Estado de ....., neste ato representada pelo(a) (sócio/diretor/procurador), Sr.(a) ....., ..... (nacionalidade), ..... (estado civil), ..... (profissão), portador(a) do RG nº. .... e do CPF nº. ...., residente e domiciliado na Rua ....., nº. ...., na cidade de ....., Estado de .....,

**OUTORGADO:** Sr. (a) ....., ..... (nacionalidade), ..... (estado civil), ..... (profissão), portador(a) do RG nº. .... e do CPF nº. ...., residente e domiciliado na Rua ....., nº. ...., bairro ....., na cidade de ....., Estado de .....

**PODERES:** ao(s) qual(ais) confere amplos poderes para representá-lo(a) no procedimento licitatório, especificamente na licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 12/2019, da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular ofertas e demais negociações, assinar atas e declarações, visar documentos, receber notificações, interpor recurso, manifestar-se quanto à desistência deste e praticar todos os demais atos inerentes ao referido certame.

..... de ..... de 2019

Assinatura do Outorgante: \_\_\_\_\_  
Nome do Outorgante: \_\_\_\_\_  
Cargo/Função do Outorgante: \_\_\_\_\_



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

**ANEXO IV  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 38/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX DE FORNECIMENTO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Aos ... dias do mês de ... de 2019, o Município de Paulo Lopes, com registro no CNPJ/MF n. 82.892.365/0001-32 e sede na Rua José Pereira da Silva, 130, centro, Paulo Lopes - SC, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, Sr. CÉLIO MACHADO, doravante designada simplesmente **COMPROMITENTE**, resolve **REGISTRAR PREÇO** do fornecedor, abaixo relacionado, vencedor do Pregão Presencial n. 12/2018, sob o regime de compras pelo sistema de registro de preços para o .....**(OBJETO)**, observado as disposições contidas nas Leis nº 8.666/93 e suas alterações, Decreto 3.555, Edital do Pregão Presencial n. 12/2019 e Processo administrativo nº. 38/2019.

**1 - DO FORNECEDOR REGISTRADO:** A partir desta data, fica registrado neste Município o preço do fornecedor a seguir denominado, objetivando o compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no ato convocatório.

**1.1 - Fornecedor:** ....., CNPJ n. ...., com sede na..... telefone/fax ....., representada pelo Sr. ...., brasileiro, residente e domiciliado ....., CPFn.xxx.xxx.xxx-xx.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR UNIT. R(\$)	VALOR R(\$)	TOTAL
01	XXXXXXXXXXXXX	xx	Xx	xx	xx	

**2 - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO:** O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo Município de Paulo Lopes mediante a assinatura de contrato ou emissão da respectiva nota de empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão presencial n. 12/2019.

**2.1 -** O compromisso do fornecimento do material/serviço só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo fornecedor, do contrato ou nota de empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão presencial n. 12/2019.

**2.2 -** O fornecedor registrado fica obrigado a atender todas as solicitações de fornecimento a ser efetuada durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

**3 - DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS:** O Município de Paulo Lopes adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

**3.1 -** O preço registrado e a indicação do fornecedor detentor da Ata serão publicados na imprensa oficial.

**4 - DA READEQUAÇÃO DO PREÇO REGISTRADO:** A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventuais reduções daqueles existentes no mercado, cabendo ao município de Paulo Lopes convocar o fornecedor registrado para negociar o novo valor.

**4.1 -** Caso o fornecedor registrado se recuse a baixar o preço registrado, o Município de Paulo Lopes poderá cancelar o registro ou convocar outros fornecedor(es) registrados para oferecer(em) nova(s) proposta(s), gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.

**4.2 -** Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, o preço não será reajustado, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

**4.3 -** O diferencial de preços entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de Paulo Lopes à época da abertura da(s) proposta(s), bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

**5 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:**

**5.1 -** O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

**5.1.1 -** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

**5.1.2** - não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**5.1.3** - não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de se tornar superior aos praticados no mercado;

**5.1.4** - houver razões de interesse público.

**5.2** - O cancelamento de registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

**5.3** - O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preços na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

**6 - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A presente Ata terá **vigência de 12 meses** contada a partir da data de sua assinatura.

**7 - DO FORO:** As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro de Garopaba - SC, com renúncia de qualquer outro.

E por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o Município de Paulo Lopes e o fornecedor registrado, na pessoa do seu representante legal, que vai assinada em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Paulo Lopes, xx de xxxxxx de 2019.

**CÉLIO MACHADO**

Secretário municipal de Transporte , Obras e Serviços Urbanos

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Representante Legal**

**Fornecedor: XXXXXXXXXXXXXXXX CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx**



# ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

## ANEXO V TERMO DE CONTRATO

### TERMO DE CONTRATO Nº [NumeroContrato]/[AnoAtual], QUE FAZEM ENTRE SI O(A) [RazaoSocialPromotor] E A EMPRESA [RazaoSocialParticipante]

Pelo presente instrumento, o município de Paulo Lopes, através do órgão contratante [RazaoSocialPromotor], inscrito no CNPJ nº [DocumentoPromotor], com endereço [EnderecoPromotor], na cidade de [CidadePromotor], neste ato representado pelo ordenador, [NomeAutoridade] portadora da Cédula de Identidade nº [Documento2Autoridade], e inscrito no CPF/MF sob nº [DocumentoAutoridade], doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa [RazaoSocialParticipante], CNPJ nº [DocumentoParticipante], com endereço [EnderecoParticipante], CEP [CepParticipante], representada por [NomeRepresentante], Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº [DocumentoRepresentante], tendo em vista o que consta no Processo nº [NumAdmProcesso], considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº [NumeroProcesso], homologado em [DataHomologacao], e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a [Objeto], conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, conforme anexo a este contrato.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será até 31/12/2019.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato corresponde ao valor total dos itens, conforme detalhado no anexo.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento vigente do órgão contratante, conforme detalhamento que consta na ficha orçamentária em anexo.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.



## **ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **7. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

### **8. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO**

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

### **9. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

### **12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

parte  
da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO**

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO**

15.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Paulo Lopes, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

[CidadePromotorSemUF], [DiaAtual] de [MesAtualNome] de [AnoAtual]

---

[RazaoSocialPromotor]  
[NomeAutoridade]

---

[RazaoSocialParticipante]

**[NomeRepresentante]**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

**ANEXO VI  
DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPONIBILIDADE**

A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes  
Comissão Permanente de Licitação  
Pregão Presencial nº. 12/2019

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, por meio de seu(s) representante(s) legal(is), Sr. \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº. \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

- Dispõe de instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto do Edital de Pregão Presencial nº. 12/2019.

(Local e data)

(Assinatura do representante legal, com carimbo da empresa)



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

**ANEXO VII  
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

(RAZÃO SOCIAL)

(CNPJ)

I.E.:

I.M.:

FONE:

E-MAIL:

ENDEREÇO:

RESPONSÁVEL:

**PROPOSTA**

**PREGÃO PRESENCIAL 12/2019**

A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Pela presente, encaminhamos nossa proposta para fins de participação no pregão presencial nº 12/2019.

Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica, destinados aos referidos veículos, cujas solicitações se verificarão em função da necessidade e interesse da administração, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I (Termo de Referência) deste edital.

Oferecemos desconto para execução dos serviços de (INDICAR O ITEM QUE TEM INTERESSE EM PARTICIPAR), conforme especificações a seguir:

ITEM XX

Percentual de desconto proposto para venda de peças (P) = (obs: mínimo 10%)

Percentual de desconto proposto para hora trabalhada (H) =

**$G = 0,6xP + 0,4xH$**

(obs: apurar o índice G)

Validade da Proposta: 60 dias

Prazo para execução dos serviços: Conforme edital

Nesta proposta estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto licitado.

**Dados Bancários**

Banco:

Agência:

Conta:

Titular:

Paulo Lopes, XX de XXXXX de 2018.

\_\_\_\_\_  
**Responsável Legal da Empresa**  
**CPF**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

**ANEXO VIII**

CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INC. XXXIII, DO ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(MODELO)

IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO:

(Nome)....., inscrito no CNPJ, sediada ....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (        ).

Local e Data

.....  
RepresentanteLegal

(Observação:em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)